

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**COLETIVO DE PAIS E MÃES (COPAMA) DA UFRRJ: DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DAS MÃES
UNIVERSITÁRIAS**

MARINA BAPTISTA PORTELA

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**COLETIVO DE PAIS E MÃES (COPAMA) DA UFRRJ: DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DAS MÃES
UNIVERSITÁRIAS**

MARINA BAPTISTA PORTELA

Sob a Orientação da Professora Dra.

Simone da Cunha Tourino Barros

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.

Dezembro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pc

PORTELA, Marina Baptista, 1996-
Coletivo de Pais e Mães (COPAMA) da UFRRJ:
Desafios e estratégias para a garantia de direitos
das mães universitárias / Marina Baptista PORTELA. -
Seropédica/RJ, 2021.
56 f.

Orientadora: Simone da Cunha Tourino Barros.
Trabalho de conclusão de curso(Graduação). --
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço
Social, 2021.

1. Assistência estudantil. 2. Ensino superior. 3.
Direitos sociais. 4. Maternidade. 5. Serviço Social.
I. Barros, Simone da Cunha Tourino, 1972-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço
Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORD. CURSO GRAD. EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 6168 / 2021 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.092401/2021-43

Seropédica-RJ, 22 de dezembro de 2021.

Marina Baptista Portela

**COLETIVO DE PAIS E MÃES (COPAMA) DA UFRRJ: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS
PARA A GARANTIA DE DIREITOS DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Data de aprovação: 17 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Simone da Cunha Tourino Barros (Orientadora)

Orientadora - presidenta (DEDH/UFRRJ)

Prof. Dra. Fabricia Vellasquez Paiva

Membro interno - DTPE/UFRRJ

Prof. Ma. Juliana Borges de Souza

Membro interno - DEDH/UFRRJ

(Assinado digitalmente em 22/12/2021 13:48)

FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1794153

(Assinado digitalmente em 22/12/2021 10:18)

JULIANA BORGES DE SOUZA
PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO
DeptMOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 1065068

(Assinado digitalmente em 22/12/2021 09:21)

SIMONE DA CUNHA TOURINO BARRIS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 2316595

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrr.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **6168**, ano:
2021, tipo: **ATA**, data de emissão: **22/12/2021** e o código de verificação: **d6a1a7795a**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus a oportunidade de cursar uma graduação, a força para não desistir e o cuidado durante toda essa jornada.

Agradeço aos meus familiares, por incentivarem-me, apoiarem-me e embarcarem comigo neste sonho. Em especial, agradeço aos meus pais, Andréa e Cícero, que comigo sonharam esta graduação. Grande gratidão à minha mãe, que durante o período de licença maternidade, acompanhou-me em todas as idas e vindas da universidade. Agradeço a minha irmã, Mariana, por incentivarme nesses anos. Agradeço também ao meu marido Patrick pela compreensão, apoio e paciência neste período. Não podendo esquecer das minhas avós Edna e Devanice, que sempre me aconselharam e motivaram durante a graduação, pois sonharam em ver a neta formada, dedico este trabalho a vocês, mulheres incríveis. A minha prima Camille e a minha tia Jussara, que sonharam essa graduação junto comigo, e que estiveram sempre ao meu lado apoiando-me, obrigada. Ao meu padrinho Fábio, que me incentivou durante todo o período da graduação.

Ao meu filho, sinônimo da minha resistência e persistência, obrigada. Hoje entendo que as noites intermináveis em que estivemos juntas, os trabalhos cansativos, as leituras extensas, os estágios foram meros dispositivos para chegarmos aqui, obrigada, por ter me escolhido para ser sua mãe e por ser minha parceira, embora não compreendesse ainda a importância disso, obrigada! Gratidão também a minha cunhada Mary, ao Renato e a Belle, que por diversas vezes me apoiaram e me auxiliaram com Lua nessa jornada. Ao meu sobrinho e afilhado, Guilherme e Leonardo, por serem os melhores do mundo, obrigada, eu amo vocês.

Agradeço também a minha querida orientadora, Simone Tourino, que mesmo com um grande número de orientandos, recebeu-me de braços abertos e com todo carinho planejou comigo este trabalho, agradeço-lhe as diversas vezes que me auxiliou durante a graduação, pela amizade e pelo exemplo de profissional. Não podendo esquecer de agradecer também à professora Fabrícia, que me recebeu no curso de forma maravilhosa, e que no momento mais delicado na graduação me acolheu e me apoiou em não desistir da graduação, por ser também um exemplo de profissional e resistência. Gratidão também a coordenação de Serviço Social, Daiane e Dona Ivone, as melhores.

Agradeço também às minhas companheiras e amigas, Anna Carolina, Flávia, Gabrielle e Suelaine - por estarem do meu lado durante a graduação e incentivarem-me em todos os momentos dessa caminhada, obrigada, amo vocês. A turma de SESO 2015.2, muito obrigada, e todos, que de alguma forma contribuíram para a minha formação, muito obrigada.

**"Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida."
(Simone de Beauvoir)**

“Todas as conquistas começam com o simples ato de acreditar que elas são possíveis”.

(Autor desconhecido)

RESUMO

A assistência estudantil, analisada sob o prisma da Educação Superior, tem como objetivo assegurar, na universidade, a permanência das estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a conclusão do curso a partir do provimento de recursos básicos. A proposta abarca ações que vão desde o fornecimento de auxílio alimentação, transporte e moradia, até o fornecimento de assistência multiprofissional em saúde e acompanhamento pedagógico as necessidades educativas especiais. Dessa forma, a assistência estudantil integra o ramo dos direitos sociais. Para esta pesquisa que objetivou estudar a trajetória de luta para garantia e ampliação dos direitos das mães universitárias pelo Coletivo de Pais e Mães da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), utilizamos as pesquisas documental e bibliográfica, podendo também ser qualificada enquanto um estudo de caso. Através da aplicação de formulário com os participantes do COPAMA, pudemos verificar que suas bandeiras de luta envolvem na ampliação dos direitos dos pais e mães universitários com políticas de permanência, que perpassam alojamento, bandeirão universitário, etc. A pesquisa mostrou, também, que se faz necessária a ampliação do auxílio creche ofertado pela universidade, bem como, a necessidade de uma maior divulgação deste, para que todas as mães universitárias possam ser contempladas pelo auxílio creche.

Palavras-chave - Assistência estudantil. Ensino superior. Direitos sociais. Maternidade. Serviço Social

ABSTRACT

Student assistance, analyzed from the perspective of Higher Education, aims to ensure, at the university, the permanence of students in a situation of socioeconomic vulnerability and the completion of the course based on the provision of basic resources. The proposal encompasses actions ranging from the provision of food, transport and housing assistance, to the provision of multidisciplinary health care and pedagogical monitoring for special educational needs. In this way, student assistance is part of the field of social rights. For this research, which aimed to study the trajectory of the struggle to guarantee and expand the rights of university mothers by the Collective of Fathers and Mothers of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ), we used documentary and bibliographic research, which can also be qualified as a case study. Through the application of a form with COPAMA participants, we were able to verify that their struggles involve the expansion of the rights of university fathers and mothers with permanence policies, which include accommodation, university trays, etc. The research also showed that it is necessary to expand the daycare assistance offered by the university, as well as the need for greater dissemination of this, so that all university mothers can be covered by daycare assistance.

Keywords -Studentassistance. Universityeducation. Social rights. Maternity. Social Service.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.....	18
---------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela I –.....	33
Tabela II –.....	37
Tabela III –.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COPAMA – Coletivo de Pais e Mães

DAE – Departamento de Assistência ao Estudante

DIMAE – Divisão Multidisciplinar de Assistência ao Estudante

ENEM – Exame Nacional Ensino Médio

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior

GT – Grupo de Trabalho

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MP – Ministério Público

NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios

PNAES – Política Nacional de Assistência Estudantil

PROAES – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Reestruturação e expansão das Universidades Federais

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – Trajetória da Assistência Estudantil no Brasil: entre avanços e retrocessos	16
1.1 – Assistência Estudantil: do direito à focalização na pobreza.	16
CAPÍTULO 2 – Espaço acadêmico e maternidade: limites e possibilidade de inserção e manutenção da mulher em vínculos empregatícios e de estudo.	24
2.1 - Maternidade no âmbito acadêmico: dilemas e desafios a serem enfrentados	24
2.2 – Refletindo sobre a articulação entre maternidade, a família e a academia	28
Capítulo 3 – Coletivo de pais e mães da UFRRJ: desafios postos à garantia e ampliação de direitos	32
3.1 – UFRRJ: assistência estudantil para quem?	32
3.2 – Resgate histórico do surgimento e das ações do COPAMA - UFRRJ e suas bandeiras de luta	38
3.3 – Análise sobre o formulário do COPAMA	42
Considerações finais	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE	51
ANEXOS	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir da experiência que a pesquisadora teve em se tornar mãe durante o período de graduação. Além de estar em um ambiente 'novo', a diferente jornada trouxe muitas incertezas, inquietações e questionamentos quanto à falta de garantia dos direitos das mães universitárias.

Identificou-se a existência de um coletivo que luta pela garantia e ampliação dos direitos das mães e pais universitários na Rural - o Coletivo de Pais e Mães (COPAMA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que, dentre suas ações, existe a luta pela criação de uma creche universitária.

Frente a este contexto surgiram algumas inquietações e questões, a saber: Em período de regressão de direitos, sobretudo no âmbito da Educação, quais os impactos na e para a política de assistência estudantil? Existem programas de assistência estudantil voltados para estas mães estudantes? Quais as bandeiras de luta do coletivo de mães e pais universitários da UFRRJ? Quais os entraves e possibilidades postas as ações/mobilizações em defesa da garantia e ampliação dos direitos das mães universitárias?

Diante dessas inquietações, este trabalho se propõe a estudar a trajetória de luta, para garantia e ampliação dos direitos das mães universitárias, pelo Coletivo de Pais e Mães da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Para isto, o presente estudo foi dividido nos seguintes capítulos:

No capítulo I, discutiremos a trajetória da Política de Assistência Estudantil no Brasil enfatizando os avanços e retrocessos desse direito como também de que forma é pensado e de que forma é aplicado na realidade.

No capítulo II, trataremos sobre a vivência da mulher no espaço acadêmico e a maternidade - dilemas e desafios enfrentados - abordaremos os limites e possibilidades acerca da inserção de vínculos empregatícios - da forma de conciliar as diversas jornadas vivenciadas pela mulher.

No capítulo III, versaremos sobre o Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ, relatando as contrariedades, as reivindicações, os direitos garantidos e as ações junto à Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) para a garantia e permanência de mães e pais na universidade, demonstrando a importância do

coletivo, e do quão é importante para a garantia de direitos de pais/mães universitários, e a luta para que o mesmo tenha visibilidade de toda a comunidade acadêmica.

Para realização deste estudo, utilizamos como metodologia a bibliográfica e a aplicação do questionário com os participantes do COPAMA, se configurando a uma pesquisa quali quantitativa.

Por fim, esperamos contribuir e potencializar a visibilidade acerca dessa temática para que a garantia de direitos das mães universitárias prevaleça e sejam observadas a importância deste assunto em futuras pesquisas.

CAPÍTULO 1 – Trajetória da Assistência Estudantil no Brasil: entre avanços e retrocessos

O objetivo deste capítulo é realizar um breve resgate histórico da Política de Assistência Estudantil no Brasil, expondo a direção política estratégica de suas ações e contextualizando o início da Política de Assistência Estudantil até a atualidade, como também propondo-se a mostrar a forma de como é expressa o direito ao acesso a essas políticas e de como é aplicada no dia-a-dia, demonstrando-se que ocorre de forma focalizada, pois a demanda é maior do que é o ofertado.

1.1 – Assistência Estudantil: do direito à focalização na pobreza.

A educação é pensada como um direito para todos, sendo garantida pela Constituição Federal.

No Art. 205 da Constituição Federal de 1988 afirma que:

a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal no art. 207 fala sobre a autonomia das universidades, e nele consta que estas devem gozar de uma “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988)

O direito à educação não é recente, assim também ocorre com a assistência estudantil e com programas de alimentação e moradia que tiveram seu surgimento na década de 30 perdurando até os dias atuais.

Na década de 30, Getúlio Vargas marcou seu governo com ações no âmbito das políticas sociais ao reconhecer a educação como um direito público e regulamentado pelo Estado.

Realizando um resgate histórico da assistência estudantil, em 1931, houve a promulgação do Decreto nº 19.851, sendo reconhecida a assistência estudantil e reafirmado em seu art. 108:

Art. 108: Para efetivar as medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a sociedade dos professores universitários e o Diretório Central dos Estudantes, afim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade.

Parágrafo único. A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar dos corpos discentes dos institutos de ensino superior. (BRASIL, 1931)

Em 1934, esta lei foi incorporada na Constituição de 1934, reafirmando no art. 157, que “A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação” (BRASIL, 1934). Os determinantes para o surgimento de tal ação voltada para os estudantes foram as reivindicações, manifestações realizadas pelos estudantes.

A assistência aos estudantes passou a ser extensiva para todos os ensinos somente nos anos 40, com a Constituição Federal de 1946, sendo reafirmado no Art. 172 “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946). Concepção essa de forma focalizada, sendo aplicado no fornecimento de materiais gratuitos, assistência alimentar, bolsas de estudos, assistência dentária somente aos alunos necessitados, não a todos.

Na década de 60, durante a intervenção militar, a reforma universitária foi implementada e pensada como um modelo empresarial de educação, tinha o objetivo de formar mão-de-obra para o mercado de trabalho. Porém, neste período de ampliação do acesso às universidades, no entanto houve o sucateamento das instituições superiores públicas, ocorrendo também o aumento da educação no setor privado.

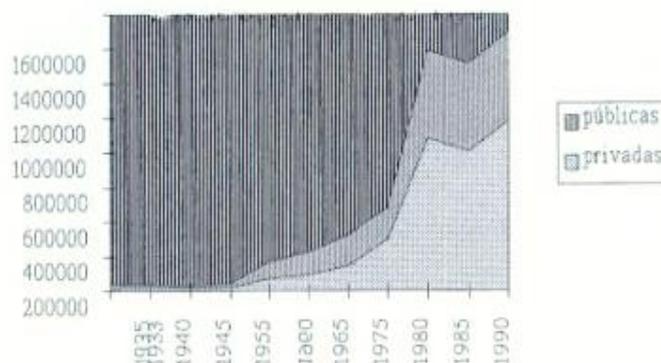


Figura 1 – Brasil, Matrículas Privadas e Públicas no Ensino Superior (1933-1990)

(Figura 1) Fonte: Durham, E.; Sampaio, H. - Ensino privado no Brasil. p.9

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases abordou a assistência social escolar como um direito aos discentes, tendo seu respaldo nos artigos 90 e 91.

Art. 90 Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos. Art. 91 A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade. (IMPERIATORI, p.2, 2017)

Com a expansão do ensino superior, entre as décadas de 50 e 70, foram criadas várias universidades federais pelo Brasil, além de municipais, estaduais e particulares (VASCONCELOS, 2010).

A expansão ocorreu de forma mais expressiva durante a década de 70. Com esta ampliação do ensino superior, os jovens de classe mais baixa conseguiram obter acesso ao ensino superior, assim surgiram demandas de ações específicas para atender esses alunos, onde muitos saíam de suas casas em outras cidades e iam para a capital em busca de formação acadêmica.

Em razão do processo migratório ocorrido neste período, os alunos começaram a reivindicar assistência a algumas das suas necessidades básicas, organizando-se como movimento estudantil para garantir seus direitos enquanto discentes.

Em 1970 foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura, onde foram implementados

programas de assistência aos estudantes, como: Bolsas Trabalho¹ e Bolsas de estudos². Outros programas, que eram prioritários, foi o de alimentação, médico-odontológico e moradia, sendo essas ações respaldadas Lei de Diretrizes e Bases (LDB)³ de 1971. E em 1972, a Bolsa Trabalho foi instituída como programa assistencial pelo Decreto nº. 69.927.

Na década de 80, o DAE foi extinto, e, com isso, a assistência ao estudante ficou desmembrada - cada instituição passou a realizar a assistência ao estudante a partir dos seus próprios recursos.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002), ocorreu a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) de iniciativas privadas, através de programas como Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES)⁴ e Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁵, além de medidas de privatização internas das instituições públicas. (CONSTANTINO, 2017). Podemos observar também que no decorrer do governo a política educacional passa a ser focalizada, não só esta política, mas como outras políticas sociais.

De acordo com Vasconcelos (2012):

O resultado da atuação desse modelo de política neoliberal foi o sucateamento das universidades públicas, e o aumento do número da expansão do ensino público privado e das matrículas nessas instituições, que recebiam verba pública através da multiplicação das fundações privadas nas IFES, além da ausência, ou pode-se dizer que, a inexistência de uma política efetiva de Assistência Estudantil. (p.104)

Com isso, percebe-se a redução das verbas no ensino público, forçando, de certa forma, a privatização de muitas destas instituições. Mesmo diante desse cenário e com inúmeras tentativas de sucateamento até os dias atuais, através

¹Os alunos tinham a oportunidade de realizar exercícios profissionais em órgãos ou entidades públicas ou particulares, e recebiam uma verba para a manutenção de seus estudos.

²Os alunos recebiam verbas para a manutenção de seus estudos e não realizavam atividades.

³Lei de Diretrizes e Bases da Educação

⁴Fundo de Financiamento estudantil, programa realizado pelo Ministério da Educação (MEC), que tem como objetivo viabilizar o ingresso de estudantes ao ensino superior. Destinado a discentes, que não possuem condições de custear as mensalidades de uma faculdade privada. Vale lembrar que trata-se de um empréstimo, e ao fim da graduação o aluno precisará pagar a dívida.

⁵Programa Universidade Para Todos, programa realizado pelo MEC, busca como objetivo promover o acesso a universidades particulares, para estudantes que sejam de baixa renda e que tenha estudado o ensino médio em escolas públicas, ou tenham estudado em escola particular como bolsista integral. Oferecendo Bolsa de estudos de 50% até 100%.

de muitas lutas e dos movimentos sociais o ensino público conseguiu se manter.

Com a ampliação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e das Instituições de Ensino Superior (IES) ocorreu a redução das verbas as IFES, ocasionando o sucateamento delas, porém mantendo a demanda de alunos.

Na década de 90, a política foi regulamentada com a Lei nº 9394/96, que traz em seu Art. 4º o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VII – Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; VIII- atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1996)

No que diz respeito ao ensino superior, afirma que poderá ser ministrada por instituições públicas ou privadas, tendo reconhecimento e autorização de cursos, e sendo credenciada, de acordo com os art. 45 e art. 46 da Lei 9.394/96.

A criação da reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶, em 2007, pelo decreto 6.096, teve como objetivo ampliar o ensino superior e aumentar o número de vagas em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. (REUNI, 2010)

Esta ampliação e as novas vagas nas IFES desencadeou um aumento significativo das demandas advindas dos discentes, sendo eles de diferentes classes sociais. Diante disto fez-se necessário, agora, elencar a permanência desses estudantes no período em que frequentam essas universidades.

De acordo com o Ministério da Educação, sendo mais específica com a Portaria nº 39/2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído, porém só foi implementado no ano seguinte, em 2008, mas somente com o Decreto 7.234 em 19 de dezembro de 2010, se efetivou a assistência

⁶Tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

estudantil nas instituições federais de ensino superior (IFES), a fim de garantir a permanência dos discentes de graduações presenciais para a conclusão do ensino superior.

Segundo Vasconcelos (Apud. IMPERIATORI, 2017, p.294)

Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

O PNAES traz em seu art. 2 seus objetivos, sendo eles:

- I — democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II — minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III — reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV — contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Com a implementação do PNAES, pode-se observar que ele é utilizado de uma forma em que atende um público-alvo específico, de forma focalizada, sendo assim dificultando o acesso à essa política. Mesmo o programa sendo contemplado na esfera federal, as universidades federais possuem autonomia para realizar a gestão dos seus recursos, respaldado pela Constituição Federal de 88 pelo art.207 “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

A assistência estudantil é planejada como um direito do discente de concluir seus estudos para que não ocorra uma evasão institucional. Apesar disso, o senso comum acredita que a assistência é realizada como um “assistencialismo”⁷.

A partir do Decreto nº 7.234, que tem como objetivo:

⁷De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, assistencialismo é uma forma de oferta de um serviço por meio de doação, favor, boa vontade ou interesse de alguém e não como um direito. Ou seja, é ofertado ao indivíduo algo que seja de sua primeira necessidade e não transformando a sua realidade.

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Sendo assim, cabe esclarecer que a assistência estudantil visa contemplar os alunos que estão regularmente matriculados em instituições federais de ensino superior que possuem alguma vulnerabilidade social⁸, porém em momento algum é mencionado a problemática de gênero. Ainda no decreto 7.234 em seu § 2º afirma “Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados”, mas em seu Art. 5º ele deslegitima a autonomia e focaliza a assistência estudantil afirmando:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

O PNAES tem natureza seletiva, até porque você tem o recorte de renda estabelecido pelo decreto, a própria política social na contemporaneidade é seletiva. O programa foi criado com o objetivo de atender os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e preferencialmente procedentes de escola pública, mas não tem dado conta de atender ao seu público específico. (CUNHA, 2017)

Com a expansão do acesso ao ingresso na universidade pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁹, há uma grande procura dos discentes pela assistência estudantil.

Angelim (APUD. IMPERIALTORI, p.292)

De modo geral, a política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros.

Ou seja, a política é pensada de forma focalizada, pretendendo atender determinado público-alvo, como já dito anteriormente, pessoas com vulnerabilidade social.

O sucateamento das universidades públicas deu-se a partir da ampliação

⁸Conceito que caracteriza um grupo de indivíduos que estão à margem da sociedade.

⁹Criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para testar o nível de aprendizado dos alunos que concluíram o ensino médio no Brasil.

do ensino superior público sem o aumento real de verbas para o custeio e manutenção de um ensino público de qualidade e com o crescimento do espaço para no ensino privado e, sobretudo, com a tentativa de privatizar as universidades públicas.

De acordo com Cislighi (apud. Ramos, Pimentel, p.48), o programa possui duas metas globais “a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação presenciais por professor para 18, num período de 5 anos” com os parâmetros de cálculos fixados pelo MEC, segundo seis diretrizes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007)

Outro fator para o sucateamento das universidades públicas foi o corte das verbas e a falta de concursos para ampliação do corpo docente, técnico-administrativo, pois o número de discentes cresceu, e o número do quadro de funcionários ficaram estagnados. Com a criação dos programas para a ampliação de discentes (REUNI, PROUNI, FIES), não foram implementados com o intuito de oferecer uma educação de forma gratuita de qualidade, mas sim de forma para favorecer os interesses políticos, econômicos de diretrizes neoliberais, pois são aplicadas para uma maior formação em massa. REUNI é caracterizado por contrato de gestão, com metas fixando o desempenho em troca de recursos financeiros, porém o recurso é ligado diretamente ao orçamento anual destinado a educação superior pública.

Contudo, podemos perceber que todas essas atividades refletem ao desmonte, na precarização, na inviabilização, na autonomia e nas condições de um ensino público de qualidade, na perspectiva de um maior número de discentes, em uma menor infraestrutura.

CAPÍTULO 2 – Espaço acadêmico e maternidade: limites e possibilidade de inserção e manutenção da mulher em vínculos empregatícios e de estudo.

Neste capítulo, trataremos, especificamente, sobre a maternidade em âmbito universitário. Enfatizaremos como a maternidade influencia na vida acadêmica, e que há o adiamento da construção da família para se dedicar a carreira acadêmica. Além disso, o mercado de trabalho cada vez se torna competitivo e excludente para as mulheres que se tornam mães, buscando dar visibilidade as objeções impostas a estas mulheres mães, bem como busca elencar um pouco da minha experiência como pesquisadora e mãe universitária.

2.1 - Maternidade no âmbito acadêmico: dilemas e desafios a serem enfrentados

O Brasil foi um dos últimos países a criar cursos de graduação, ocorrendo somente em 1808 com a chegada da família real portuguesa, e seus primeiros cursos foram medicina, engenharia e direito, e todos estes voltados somente ao público masculino, pois as mulheres eram educadas em casa e seus aprendizados eram para os cuidados domésticos e com os familiares, e não tinham as mesmas oportunidades que eram dadas aos homens.

Inúmeras foram as dificuldades e lutas travadas para que essa educação ultrapassasse o mundo privado da casa e seus arredores e alcançasse o patamar de direito. De forma processual, foi-se avançando do acesso restrito aos ensinamentos com preceptores em conventos no período colonial à educação primária ofertada às meninas em escolas normais no período imperial, em que a carreira de professoras despontava como o horizonte profissional socialmente aceito até que se pudesse ingressar no ensino superior em fins do século XIX.

A presença feminina ganha expressividade em nível superior somente a partir do século XX, na década de 1960 (SOUZA; SARDENBERG, 2013). Em fins desse século, estudos que discutem o ingresso das mulheres nas

universidades brasileiras revelam uma tendência no predomínio delas tanto na matrícula quanto nos concludentes dos cursos universitários (URPIA, 2009). Contudo, o hiato do gênero entre homens e mulheres tenha sido numericamente significativo no âmbito do ensino superior, é preciso que se discuta em que condições as mulheres adentram e permanecem no contexto acadêmico quando são ou tornam-se mães nessa trajetória. (DIAS; SOARES, 2019).

Nessa sequência abordar-se-ão os potenciais impactos decorrentes do avanço e desenvolvimento de uma carreira acadêmica de sucesso. Em mais esta oportunidade, a conciliação entre projetos profissionais de natureza acadêmica e projetos familiares que envolvem filhos (as) será retomada. Howe-Walsh & Maxwell (2018) reforçam o argumento de que a maternidade exerce impacto na progressão de carreiras acadêmicas, assim como Ramos (2015) afirma que os múltiplos papéis da mulher são uma desvantagem para o desenvolvimento de carreiras de sucesso. Os autores sublinham os efeitos decorrentes da licença maternidade na medida em que ela exacerba desigualdades de gênero, afinal a licença maternidade figura como o início de trajetória redesenhada por percursos marcados por interrupções e momentos de desaceleração, sobretudo no que se refere à produção acadêmica.

A academia nutre a expectativa de que as mulheres se ajustem às exigências de uma carreira linear, característica de uma estrutura acadêmica em que há pouco reconhecimento dos efeitos desproporcionais entre os intervalos inevitáveis na carreira da mulher. Enquanto Maxwell (2018) argumenta que a licença maternidade é uma arena onde mulheres enfrentam sexismo cultural no cotidiano das instituições onde trabalham, Wilton (2017) conclui que a licença parental para a mulher é uma necessidade e para o homem um luxo.

As desvantagens enfrentadas por pesquisadoras mães são ilustradas por vários autores. Por exemplo, os resultados da pesquisa conduzida por Mirick (2018) sinalizam que as mães pesquisadoras são mais propensas a trabalhar em instituições de menor prestígio acadêmico e a exercerem a docência; enquanto Datta (2017) chama atenção para o fato de as mães enfrentarem lento processo de financiamento de bolsas de pesquisa (slowscholarship), acarretando inevitáveis interrupções na carreira; ainda observa-se que Carroll (2018) cita o trabalho de Mason & Goulden (2006) cuja investigação encontrou evidências que apontam para o fato de as mães pesquisadoras terem 33%

menos chances de serem efetivadas quando comparadas às mulheres sem filhos.

O trabalho de Tower & Latimer (2016) agrupa achados que avançam nessa reflexão ao reconhecer que as referidas desvantagens vivenciadas no ambiente acadêmico exercem efeito acumulativo na carreira das acadêmicas. Complementarmente, na busca por razões para justificar as referidas desvantagens vividas pelas mulheres, Trussell (2015) reconhece a inexistência de um sistema de creche como um dos fatores responsáveis.

Mason & Colleagues (2009) afirmam que mulheres são mais propensas a reconhecer as questões relacionadas aos (às) filhos (as) como fator de impacto negativo em suas decisões de carreira. As autoras acrescentam que vieses de gênero contribuem para que doutorandas relutem na decisão de se ausentar do trabalho por razões que transitam entre problemas de saúde durante a gestação ou licença maternidade.

Ademais, Ramos (2015) pontua que decisões dos parceiros relativas à mobilidade e à carreira de sucesso afetam a trajetória das mulheres, atrasando ou, até mesmo, interrompendo o seu avanço, independentemente de seu nível de qualificação. A autora explica que embora a maternidade seja um impedimento sem precedentes para a progressão da carreira, ambientes pouco amigáveis associados à cultura masculina hegemônica, desencorajam mulheres a perseguirem carreiras altamente competitivas.

Nesse contexto, mais uma vez, os autores resgatam as metáforas ‘Muro da Maternidade’ (maternal wall) e ‘Teto de Vidro (glassceiling)’ porque ambas remetem a barreiras institucionais e práticas culturais que dificultam sobremaneira a igualdade de oportunidades dentre homens e mulheres cientistas. O uso da metáfora Teto de Vidro expressa o quanto as barreiras enfrentadas pelas acadêmicas são silenciosas (pouco discutidas) e praticamente invisíveis. Na busca por driblar as dificuldades, não raro as acadêmicas investem em carreiras de meio-período (isso explica a migração para atividades de ensino), submetem-se a contratos temporários por mais tempo, aceitam realizar grande parte do trabalho acadêmico em casa, trabalham durante a licença maternidade, realizam tarefas que consomem muito tempo, assumem posições inferiores às suas credenciais etc. (Carpintero, 2018; Mirick, 2018).

As reflexões associadas à “Penalidade da Maternidade” reforçam a

metáfora Teto de Vidro porque reúne um conjunto de situações que ocorrem simultaneamente: dificuldade de equilibrar as exigências do trabalho e as responsabilidades familiares, de necessitar fazer interrupções na carreira, de reduzir a produtividade por um período, além da invisibilidade dos desafios enfrentados (Wilton, 2017; Baker, 2010; Cummins, 2005; Gerten, 2011; Hunter & Leahy, 2010; Parsons et al.(2009). Agueiro et al. (2012) argumentam que esse fenômeno é ainda mais pronunciado entre países em desenvolvimento, onde mães de crianças menores e bebês são as mais afetadas. Carroll (2018) acrescenta que há uma amenização de vieses sobre mães com crianças maiores e Inanc (2016) complementa para além de tantos desafios, as pesquisadoras tendem a ter a formação das famílias prejudicada.

Não são poucos os autores que investigam o peso da maternidade sobre a vida pessoal de pesquisadoras, reforçando as desigualdades nas trajetórias de homens e mulheres no ambiente acadêmico. Baer (2012) afirma que os impactos da maternidade representam uma problemática maior ao desenvolvimento da carreira de pesquisadoras, assegurando a existência de preconceitos relacionados ao gênero. Frente ao exposto, não surpreende que para os pesquisadores em início de carreira, a academia represente um investimento arriscado.

Decisões que envolvem fertilidade e carreira estão entrelaçadas, apesar da existência de políticas favoráveis à família, a perspectiva limitada de carreira associada e uma cultura apoiada em um ideal de profissional minam potenciais resultados positivos de tais políticas.

Para Gallin-Parisi (2015), cresce o número de pesquisadoras resistentes a escolhas familiares capazes de afetar negativamente as respectivas trajetórias acadêmicas. O quadro até aqui construído permite entender porque as mulheres comprometidas com suas carreiras abrem mão do desejo de ter filhos ou decidem por postergar o período de gestação para se manterem competitivas no mercado de trabalho (Datta, 2017).

2.2 – Refletindo sobre a articulação entre maternidade, a família e a academia

A maternidade parece ganhar uma abordagem predominantemente individual, contudo, é crescente o movimento de profissionais que trazem demandas da família para o trabalho (Kossek et al., 2011). Isso leva Ollilainen (2019) a assegurar que as questões da maternidade saíram da esfera privada e atingiram a esfera pública; a autora enaltece o valor da maternidade ao afirmar que ela amplia a perspectiva de vida na medida em que ambos os lados se enriquecem.

O'Meara & Campbell, (2011) e Fox (2011) sustentam que é de interesse da instituição reter acadêmicos, criando ambientes de trabalho que favoreçam o equilíbrio entre família e trabalho. Esta linha de argumentação evidencia que para manter a competitividade no mundo do trabalho, incluindo o não acadêmico, as universidades e programas de pós-graduação com interesse de reter pesquisadoras que planejam ter filhos, devem buscar endereçar necessidades específicas que sabidamente já são endereçadas no setor privado. Penney (2015) mostra que em comparação a outros setores da força de trabalho, a cultura organizacional das instituições acadêmicas possibilita altos níveis de autonomia e liberdade, dando a impressão de que a profissão de pesquisador (a) é ideal para o equilíbrio entre família e trabalho. Entretanto, a autora esclarece que essa liberdade, combinada a pressões para promoção de competitividade acadêmica sob um ritmo de aceleração extrema em tempos de neoliberalismo, torna mais difícil a criação de barreiras entre as esferas trabalho e família. Isto permite concluir que a academia e suas formas de acomodar necessidades de famílias, ainda apresentam uma alternativa menos atraente as profissionais com planos familiares que incluam filhos(as).

Políticas que mitigam os impactos do conflito existente entre família e trabalho reduzem a saída da mulher da academia e as penalidades sofridas pelas mulheres na pós-graduação. As referidas penalidades também têm efeito sobre a progressão da carreira e não apenas a inserção e permanência das mães na academia. Henley (2015) afirma que a maternidade não afasta as mulheres das camadas de privilégio da academia, mas processos que desvalorizam o trabalho das mulheres e as impedem de atingir níveis altos.

Crabb (2014) entende que o aumento nas oportunidades para mulheres, de modo a incluir mães, a alcançarem níveis sênior na academia aprimorar a experiência de pesquisadoras e aumenta a percepção de que a carreira acadêmica é também para mulheres. Sobretudo, Inanc (2016) alerta para o fato de que se as mudanças institucionais não acontecerem, os resultados desiguais na formação das famílias podem levar a mudanças no atual relativo equilíbrio entre proporções de homens e mulheres.

Ao explicar a raiz da cultura organizacional, Amsler (2017) identifica que a internalização de normas profissionais baseadas em gênero, raça e classe combinadas às políticas acadêmicas resultam em práticas de julgar e ser julgado, lógicas de competição e hierarquias de separação.

As desvantagens sofridas por pesquisadoras são evidenciadas pela ausência de contratações robustas, substituídas por cargos temporários ou de meio período, um sistema de creche deficitário insuficiente e a ausência de políticas favoráveis à família na direção de melhor equilíbrio entre família e trabalho. Tal cenário contribui para o adiamento ou mesmo a desistência da maternidade. Sobretudo, a política científica desconsidera gênero ao contemplar carreiras não lineares e o impacto da família e barreiras institucionais sobre a mulher. (Ramos, 2015).

Bomert (2017) reafirma este ponto ao destacar que a ausência de estruturas de reconciliação fortalece o "Teto de Vidro" expelindo mães de posições elevadas na carreira, enquanto Amsler (2017) afirma que mulheres estão em diferentes patamares em termos materiais de competição na academia. Carpintero (2018) faz coro às autoras anteriormente mencionadas ao discutir a precarização de mulheres na academia. Segundo a autora, tal precarização as levou a avaliarem a carreira acadêmica como menos atraente, em oposição à avaliação feita pelos homens. Ademais, a forma como questões relativas à maternidade são tratadas afeta a futura geração de pesquisadoras, mesmo aquelas que não sejam mães.

O trabalho de Wilton (2017) é assertivo ao afirmar que a maternidade só pode ser empoderadora se praticada dentro de estruturas sociais e políticas que estejam preparadas para reconhecer a importância e de maneira completa apoiar mulheres.

Entretanto, apesar do contexto robusto de argumentação em favor do

protagonismo das instituições na busca por soluções, é importante adicionar que além das instituições acadêmicas, há fatores culturais no ecossistema acadêmico que também influenciam as dinâmicas em torno da maternidade para pesquisadoras e pesquisadores. Kuperberg (2008) e Fothergill&Feltey (2003) evidenciam que a maioria das mulheres pesquisadoras quando investiu em um projeto de maternidade não fez uso de políticas de acomodação da maternidade como redução de carga de trabalho, licença maternidade ou pausa na carreira. Maxwell (2018) observou que as mulheres tendem a se adaptar a práticas institucionais ao invés de as instituições fornecerem o apoio requerido pelas mães acadêmicas.

Carroll (2018) oferece alternativas de conversão desta dinâmica sob a forma de programas para educar lideranças nos departamentos e comitês de pesquisa. Tais medidas têm se mostrado efetivas sobre os efeitos do viés contra cuidadores no geral. Outra medida é um plano proativo para ajudar famílias a resolver 'problemas de dois corpos' com centralização de financiamento. Complementarmente, a autora salienta que o apoio deve ser oferecido a mães em início de carreira afim de evitar vieses no mercado de trabalho ou mesmo programas de retorno para assistir aquelas que tiveram afastamentos por longos períodos.

Na direção de soluções práticas, autores discutem iniciativas como, por exemplo, a possibilidade de substituição de pesquisadores em licença maternidade ou mesmo políticas no âmbito de viagens acadêmicas que possam reduzir barreiras para pesquisadoras que têm responsabilidades com o cuidado de filhos (as). Tower (2016) observa que de forma geral, as políticas variam consideravelmente e as práticas institucionais vigentes favorecem aqueles sem responsabilidades familiares.

É necessário expandir as informações para que novas discentes grávidas saibam da existência das Leis que auxiliam neste momento para que não seja necessário a desistência da graduação neste período, como, por exemplo, a Lei 6.202 de abril de 1975 em que a discente neste estado, tem o direito do regime de exercício domiciliar pelo Decreto-lei nº 1.044 em que vigora com a seguinte escrita é "responsabilidade do sistema de ensino oferecer atendimento e acompanhamento educacional e acompanhamento pedagógico próprios, em qualquer nível ou modalidade de ensino, para as grávidas, puerpério, ou

lactação(...)" (A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão - UFMA CAMPUS VII CODÓ, p.6, jul. 2020.)

Podemos destacar que a maioria de mães universitárias relatam a dificuldade de conciliar a vida materna com a vida acadêmica, que acabam impactando também na vida financeira destas mulheres, sendo assim, algumas atividades acabam ficando em segundo plano, e muitas das vezes a vida acadêmica se torna segundo plano resultando em algumas desistências, com a falta de políticas de permanência deste grupo específico na universidade a conclusão do curso acaba se tornando mais difícil. Algumas mães contam com a ajuda de parentes próximos para auxiliar no cuidado com os filhos, para realizar atividades presenciais na universidade. Eu, como graduanda de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tive acesso ao regime de exercício domiciliar,

porém no período em que estava de licença estava cursando aulas práticas (onde não há licença para estas aulas), então frequentava as aulas muitas das vezes com minha filha em mãos, para que não ocorresse a falta na disciplina ou reprovação, não tive acesso ao auxílio-creche pois haviam muitos inscritos e poucas vagas, por diversas vezes em que estava em aula presencial contava com a ajuda da minha mãe e minha cunhada para que cuidassem de minha filha enquanto estava em aula. Quando abordamos a questão da maternidade juntamente com a vivência acadêmica é um tanto quanto complexo, pois como é do nosso saber a mulher em conceito do patriarcado nasce para cuidar da casa e da família, saindo deste âmbito para vivenciar a experiência de uma profissão. Precisamos repensar, pois muitas das vezes a mulher tem uma jornada tripla, sendo dona de casa, trabalhadora e aluna, acumulando diariamente diversas funções no dia a dia, e precisamos reforçar a necessidade da discussão acerca deste tema.

Capítulo 3 – Coletivo de pais e mães da UFRRJ: desafios postos à garantia e ampliação de direitos

Neste capítulo, faremos um resgate histórico do movimento de luta para garantia e ampliação dos direitos de pais e mães universitárias da UFRRJ, por meio das ações do Coletivo de Pais e Mães da referida instituição. Exploraremos suas bandeiras de luta e analisaremos, por meio de formulário aplicado com os participantes do Coletivo, as principais demandas, estratégias, impeditivos de atingir os objetivos proposto na direção da garantia e ampliação dos direitos, sobretudo das mães universitárias.

Outro ponto a ser trabalhado neste capítulo se refere aos programas existentes na PROAES da UFRRJ, dando ênfase ao destinado, especificamente, às mães universitárias.

3.1 – UFRRJ: assistência estudantil para quem?

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) é o setor responsável pelas questões relacionadas à permanência e a qualidade de vida dos estudantes da UFRRJ, também fazem parte deste setor o Restaurante Universitário e o Setor de Assuntos de Residência Estudantil (Sere). A PROAES é formada pela Pró-reitora de Assuntos Estudantis, Pró-reitor adjunto de assuntos estudantis, todas as informações sobre editais de Alojamentos, Bolsas Alimentação e de Auxílios Financeiros devem ser tratadas diretamente com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Dentro da PROAES, há um setor chamado Divisão Multidisciplinar de Assistência ao Estudante (DIMAE), este setor é responsável pelo planejamento, supervisão, coordenação, execução e avaliação à concessão dos Auxílios dos Programas e Ações de Assistência, tendo como objetivo a permanência do discente na Universidade, visando a redução do índice de evasão, na melhoria e na qualidade de vida dos discentes, atua nas áreas da moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde e apoio pedagógico; a equipe é formada por duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma técnica em Assuntos Educacionais.

Para ter acesso aos auxílios ofertados pela Proaes, é necessário esperar

até que o setor informe a abertura do edital de concessão ao auxílio, podemos afirmar que os auxílios são realizados de forma focalizada, pois alguns discentes ainda no primeiro período da universidade não podem concorrer, o que nos trás a reflexão de que forma esse aluno é acolhido durante? Há realmente uma preocupação com a permanência de todos os discentes?

Aplicando a realidade da UFRRJ, os auxílios ofertados pela mesma não contemplam todos os discentes que precisam para permanecer estudando.

A UFRRJ disponibiliza 10 (dez) tipos de auxílios, sendo eles: Programa de Bolsa de Permanência do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Bolsa Apoio Técnico, Auxílio não Financeiro Alimentação, Auxílio não Financeiro à Moradia (alojamento universitário), Auxílio Financeiro ao Transporte, Auxílio Financeiro à Moradia, Auxílio Financeiro à Alimentação, Auxílio Financeiro à Acessibilidade, Auxílio Didático-pedagógico e Auxílio Creche, e todos esses auxílios são avaliados pela equipe do Serviço Social da instituição, no campus de Seropédica.

Tabela I – Auxílios ofertados pela UFRRJ

Auxílios	Objetivos	Forma de acesso
Bolsa Permanência MEC	Este auxílio é válido somente para quilombola e indígena	Auto declaração do candidato, a Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico e a Declaração da Fundação Nacional do Índio (Funai) de que o estudante indígena reside em comunidade indígena ou Declaração da Fundação Cultural Palmares de que o estudante quilombola reside em comunidade remanescente de quilombo, para participar do processo para a garantia da bolsa.
Bolsa Apoio Técnico	Este programa destina-se a alunos dos cursos presenciais de graduação, prioritariamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando oferecer oportunidades para o desenvolvimento acadêmico, cultural e profissional, nos diferentes ambientes da Universidade, com a orientação de servidores docentes ou técnico-	Processo seletivo, edital a cada semestre para renovação e novos discentes.

	administrativos tendo como fundamentos a responsabilidade ética e social e que as ações de assistência estudantil estejam vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.	
Auxílio não financeiro à alimentação	Esta modalidade de auxílio tem por finalidade oferecer alimentação gratuita durante o período letivo aos estudantes com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio (valor vigente no país), matriculados nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela UFRRJ. Esta modalidade de bolsa é oferecida somente nos câmpus de Seropédica e de Nova Iguaçu nos quais existem restaurantes universitários mantidos pela instituição, concedido durante o período letivo.	Processo seletivo, edital a cada semestre para renovação e novos discentes.
Auxílio não financeiro à moradia (alojamento universitário)	Esta modalidade de Auxílio tem por finalidade conceder vagas inteiramente gratuitas nos alojamentos universitários para os estudantes maiores de 18 anos de idades com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela UFRRJ. Esta modalidade bolsa é oferecida somente nos câmpus de Seropédica que possui alojamentos universitários.	Processo seletivo, edital a cada semestre para renovação e novos discentes.
Auxílio financeiro ao transporte	Esta modalidade de auxílio é destinada aos estudantes com renda familiar per capita ou inferior a um salário mínimo e meio (valor vigente no país), regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais no câmpus de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios, tendo como finalidade auxiliar no custeio parcial das despesas com transporte. Este auxílio corresponde ao crédito de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais depositado na conta corrente, em nome do estudante a ser pago nos meses letivos, observando os critérios previstos em edital para renovação semestral.	Processo seletivo, edital a cada semestre para renovação e novos discentes.

<p>Auxílio financeiro à moradia</p>	<p>Esta modalidade de auxílio é destinada aos estudantes com renda familiar per capita ou inferior a um salário mínimo e meio (valor vigente no país), regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais, nos câmpus de Seropédica, Nova Iguaçu e de Três Rios, tendo por finalidade auxiliar com as despesas parciais provenientes de gastos com moradia estudantil (república, pensionato e outros).</p>	<p>Processo seletivo, edital a cada semestre para renovação e novos discentes.</p>
<p>Auxílio financeiro à alimentação</p>	<p>Esta modalidade de auxílio é destinada aos estudantes com renda familiar per capita ou inferior a um salário mínimo e meio (valor vigente no país), regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais do câmpus de Três Rios, em razão desta unidade acadêmica não dispor de um Restaurante Universitário em atividade. Este auxílio corresponde ao crédito de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, depositado na conta corrente em nome do estudante, a ser pago nos meses letivos, observando os critérios previstos em edital para a renovação semestral.</p>	<p>Processo seletivo, edital a cada semestre para renovação e novos discentes.</p>
<p>Auxílio financeiro à acessibilidade</p>	<p>É uma modalidade de auxílio pecuniário direcionado aos discentes com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio, que necessitem suprir as necessidades de aquisição, contratação e adaptação de recursos para a sua permanência qualificada na UFRRJ. Por permanência qualificada a ser suprida por meio do Auxílio Acessibilidade, entende-se o sucesso acadêmico obtido pelos discentes ingressantes na UFRRJ que possuam necessidades educacionais especiais, tais como: mobilidade física, intelectual, visual (cegueira ou baixa visão) e auditiva (surdez ou audição reduzida), sendo este sucesso auxiliado por ferramentas, instrumentos e medidas específicas que auxiliem no combate a retenção, a evasão e o desligamento destes discentes, zelando pela sua integração ao ambiente acadêmico.</p>	<p>Processo seletivo, edital a cada semestre para renovação e novos discentes.</p>

Auxílio didático-pedagógico	Esta modalidade de auxílio é destinada a estudantes com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio (valor vigente no país) regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais nos campi de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios, tendo por finalidade auxiliar no custeio das despesas com a compra de material didático e pedagógico em única parcela, tendo como referência de pagamento o mês da assinatura do termo de compromisso.	Processo seletivo, edital a cada semestre para renovação e novos discentes.
Auxílio creche	O Auxílio Creche tem por finalidade subsidiar o custeio parcial das despesas com creche/educação infantil e será destinado aos discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial, com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio (valor vigente no país), que possuam e residam com seu(s) filho(s) na idade de educação infantil (0 a 5 anos), aptas a ingressar em creche ou instituição de educação infantil similar de caráter público, filantrópico ou privado, conforme previsto nos art. nº 29 e nº 30 da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (Lei nº 12.796/2013) e no inciso IV do art. nº 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).	Processo seletivo, edital a cada semestre para renovação e novos discentes.

Fonte: site da universidade UFRRJ, 2020.

A procura para auxílios que garantam de forma parcial a permanência destes estudantes na universidade é superior ao número de vagas disponibilizadas. Pensando nas mães universitárias, observamos que no campus da UFRRJ de Seropédica há diversas mães que necessitam do auxílio creche para dar continuidade aos estudos, sem ter que se preocupar, pois sabe que seu filho estará em um ambiente apropriado, porém a universidade só disponibiliza 28 vagas, para todos os três (3) Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro¹⁰. Portanto, percebemos que a quantidade de vagas disponibilizadas não contempla todas as mães/pais que precisam deste auxílio.

¹⁰ Campus Seropédica.

Pelo Relatório das principais ações desenvolvidas pela PROAES nos anos de 2017 a 2020, identificamos um tímido aumento no acesso ao programa, tendo iniciado em 2017 com 15 mães universitárias e em 2020, com 28 mães universitárias com acesso ao programa.

Tabela II – quadro de vagas de auxílio creche ofertadas por campus

Quadro 7 – Quantitativo de vagas de AUXÍLIO CRECHE ofertadas por Campus											
Campus	2010	2011	2012	2013	2104	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Seropédica	0	0	0	0	0	0	0	15	14	18	18
Nova Iguaçu	0	0	0	0	0	0	0	0	6	7	7
Três Rios	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3
Total								15	23	28	28

Fonte: DIMAE, 2020.

Portanto, ao observar o cenário atual, com todos os cortes de verbas que a educação vem enfrentando, acaba inviabilizando, reduzindo e atrasando a viabilização dos auxílios, bem como a abertura de novas vagas, ampliando o acesso ao Programa de assistência estudantil.

Um significativo corte de verbas, de acordo com o Relatório, foi o que houve em um decréscimo de 5% das verbas que são destinadas a PROAES, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela III – Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018)

Tabela 2: Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) – Brasil:

Ano	PNAES NACIONAL	Δ%
2008	R\$ 125.300.000,00	-
2009	R\$ 203.000.000,00	62,0
2010	R\$ 304.000.000,00	49,8
2011	R\$ 395.189.588,00	30,0
2012	R\$ 503.843.628,00	27,5
2013	R\$ 603.787.226,00	19,8
2014	R\$ 742.720.249,00	23,0
2015	R\$ 895.026.718,00	20,5
2016	R\$ 1.030.037.000,00	15,1
2017	R\$ 987.484.620,00	- 4,1
2018	R\$ 957.178.952,00	- 3,1
2019	R\$ 1.067.643.492,00	11,54

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2018).

Esta realidade contribui para que a oferta dos auxílios se torne focalizada, pois há diversas pessoas que precisam do mesmo, mas devido a quantidade de vagas ofertadas acaba ocorrendo a escolha de “quem precisa mais”, distante de uma perspectiva universal.

3.2 – Resgate histórico do surgimento e das ações do COPAMA - UFRRJ e suas bandeiras de luta

De acordo com Rocha (2017), as primeiras abordagens sobre a permanência de mães/pais com crianças nos alojamentos ocorreu em 2012, através de uma denúncia ao Ministério Público (MP), onde haveria a presença de crianças residindo nos alojamentos, no campus de Seropédica, a partir desta denúncia foram acionados o Conselho Tutelar e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES).

Após a visita realizada pelo Conselho Tutelar este elaborou documento para o Ministério Público relatando a presença de mães-universitárias junto de seus filhos(as). Além deste ofício do CT, a PROAES encaminhou, também, um relatório para o Ministério Público, reafirmando a presença dessas mães, mas que não foi constatado nenhuma forma de negligência às crianças. Posteriormente, o Ministério Público encaminhou um ofício à UFRRJ, mais especificamente, à PROAES, para saber realmente quais eram as reais condições que as crianças estavam vivenciando, visto que não sendo um ambiente autossuficiente, se fazia necessária uma ação do Ministério Público. (ROCHA,2017)

Diante deste ofício do MP, onde queria saber a realidade das condições em que as crianças estavam, enquanto isso, surgiram rumores que a PROAES não queria a presença de mães estudantes residindo nos alojamentos com a presença dos filhos. Desta forma, o alojamento universitário deixaria de ser uma política de assistência estudantil para as discentes que possuíssem filhos, reduzindo ainda mais seus direitos e dificultando sua permanência na Universidade.

A partir desse momento o auxílio creche foi adotado como estratégia da Pro Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAEST) de evitar a permanência dos filhos das mães universitárias nos alojamentos. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar o importante ganho do movimento estudantil em relação a este auxílio, pois contribuiu para que os responsáveis pudessem estudar, sabendo que seus filhos estavam acolhidos, durante o horário escolar (diurno e

matutino) por uma instituição de ensino infantil.

Cabe a ressalva que esta política não contempla as mães e pais que estão inscritos em cursos noturnos, demandando assim da PROAES de políticas que venham a incluir todas as mães e pais universitários, como brinquedoteca e atividades de extensão específicas para este público-alvo, com liberação de recursos financeiros para este fim.

Como resposta a esse auxílio, os/as estudantes realizaram uma mobilização para a garantia de seus direitos, como, a abertura da creche no Centro de Atenção Integral à criança e ao Adolescente Paulo Dacorso Filho (CAIC), bem como para a permanência nos alojamentos com seus filhos. Além da criação do COPAMA no ano de 2014.

Antes do Coletivo, as mães eram convidadas a se retirarem dos alojamentos quando ficavam grávidas. Elas tinham que deixar os seus filhos com algum parente e voltar para a Universidade para concluir a graduação. O problema é que muitas delas acabavam desistindo”, segundo relato de uma estudante da universidade. (CSS, UFRRJ, 2019)

No ano de 2015, quando ainda estava na efervescência do ocorrido da expulsão da moradia universitária de uma mãe-universitária¹¹ na Universidade do Rio Grande do Sul, bem como, devido ao fortalecimento do coletivo na UFRRJ, foi planejado o I Fórum de Permanência de Mães e Pais.¹²

O I Fórum de Construção de Política de Permanência para Pais e Mães da UFRRJ ocorreu no ano de 2015 e foi organizado em parceria com a gestão da universidade, de uma assistente social, uma psicóloga e a direção do setor de residência estudantil (SERE). O Fórum teve como objetivo a busca de referências de políticas, programas e ações de outras instituições de ensino superior voltadas para acolhimento das necessidades dos e das estudantes que possuem filhos(as), fora do Rio de Janeiro, bem como, sensibilizar para as dificuldades que as gestantes, mães e pais estavam passando enquanto estudantes.

¹¹O caso da discente de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que havia sido expulsa da residência universitária assim que a filha nasceu, sendo que a mesma entrou com uma ação judicial e conseguiu ficar até a conclusão do curso.

¹² Fórum realizado no campus de Seropédica.

Neste fórum¹³, houve a participação da discente do Rio Grande do Sul, que representantes do movimento de mães da UFSM e da USP, Pró-reitor de Assuntos Estudantis da UFSM (nesta instituição é permitido a presença de crianças no alojamento), um advogado especialista em direito da criança e do adolescente e representantes da comunidade não acadêmica de Seropédica.

O I Fórum de construção de políticas de permanência para discentes pais e mães da UFRRJ, tendo a principal temática como o desafio das construções de políticas de permanência, contando também com o diálogo entre os discentes sobre suas experiências, a demanda sobre a creche universitária, e as possibilidades e limites sobre a demanda da creche universitária no âmbito da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Constará em anexo o flyer da programação do Fórum.

O II Fórum de Permanência de Mães e Pais foi realizado no ano de 2016, foi elaborado como uma continuidade do primeiro fórum, tendo como objetivo principal o início do debate sobre a implementações de programas e ações voltados à permanência dos discentes mães e pais da instituição, em especial, aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Foi realizado com um recurso menor e não foi possível a presença de palestrantes de fora do Rio de Janeiro, contou com a participação de representantes da creche universitária da UFRJ, setor responsável do CAIC, médica do hospital universitário da UFRJ, pessoas ligadas ao movimento feminista (para reflexão do feminismo e da maternidade), a participação do Coletivo de Pessoa com Necessidade Educacional Específica (PNE) e do Núcleo de Acessibilidade da UFRRJ, o advogado especialista em direito da criança e adolescente – que participou do I Fórum – e teve o apoio do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (SINTUR), da PROAES e de discentes da pedagogia.

Esses Fóruns realizados pelo coletivo são importantes e contribuem para que o coletivo seja reconhecido no âmbito educacional dentro e fora da universidade, além de sempre buscando os direitos de mães/pais cursarem graduação/pós-graduação/mestrado. Mesmo com os poucos recursos oferecidos o coletivo busca sempre levar o conhecimento do direito de

¹³ Estará em anexo a programação do Fórum

pais/mães.

O III Fórum de Permanência de Mães e Pais, ocorreu em 2019, foi realizado no campus de Três Rios. Ainda com o objetivo de aprofundar o debate acerca das questões de discentes mães e pais, tendo também como objetivo estreitar os laços entre os campus, diante disto foi realizada uma carta com as demandas existentes no campus de Seropédica e realizado a comemoração de 5 anos do coletivo.

Já o IV Fórum de Permanência de Mães e Pais, ocorreu em 2020, de forma excepcional devido a pandemia do Covid-19, foi realizado on-line, onde fora realizado um encontro com movimentos universitários, discentes, e pesquisadoras engajadas na temática. Contou com a presença do Parent in Science¹⁴, da secretaria de Gênero e sexualidade da UFRRJ e do Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade (NIEM). Sendo assim, podemos perceber que estas mobilizações coletivas estão produzindo efeitos e que estão construindo uma universidade inclusiva e plural e dando visibilidade ao movimento.

As principais bandeiras de luta do coletivo são o acolhimento de pais e mães, regularização das moradias destes universitários, criação de espaços para as crianças, liberação de vagas na creche do CAIC, e o aumento do exercício domiciliar. Além dos Fóruns construídos pelo coletivo, como forma de aumentar a visibilidade alguns cursos da universidade convidam o coletivo para apresentação do mesmo nas atividades que ocorrem na semana de integração de calouros.

Estamos vivenciando atualmente a pandemia do covid-19, não é possível mensurar a quantidade de integrantes do coletivo, onde desde 2015 existe um grupo no aplicativo de mensagens que, no momento, possui 33 participantes, com as adversidades da vida não há como ter reuniões frequentes do coletivo, mas sempre que possível os integrantes se disponibilizam a realizar reuniões e participar de eventos para que possam aumentar a visibilidade do coletivos, ressaltando sempre a importância do mesmo para agregar positivamente e auxiliar na vida acadêmica.

¹⁴ Movimento que visa levantar discussões sobre a temática da maternidade/paternidade para pesquisadores.

3.3 – Análise sobre o formulário do COPAMA

De acordo com o formulário realizado, onde obtivemos 8 respostas, podemos observar que se faz necessário aumentar a visibilidade de pais/mães nas universidades, bem como as políticas de permanência para os mesmos para que não ocorra a evasão dos cursos. Não é possível obter um valor quantitativo real de quantos discentes integram o coletivo – em um grupo de mensagens há 33 participantes, somente de Seropédica, a forma como se organizam é através deste aplicativo de mensagens. Onde também existe um grupo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro de Nova Iguaçu e Três Rios.

Tendo em vista toda a conjuntura com a pandemia, estão sendo realizadas algumas reuniões online com a presença de alguns membros, pois de acordo com a realidade de cada um, é quase impossível realizar uma atividade/reunião com todos presentes.

Podemos perceber que foi através do COPAMA¹⁵ que foi possível garantir a permanência das crianças junto a seus pais no alojamento, a gratuidade de crianças com até 12 anos no restaurante universitário, a bolsa auxílio creche e alguns espaços de recreação para crianças no campus.

Com as respostas recebidas através do formulário, podemos destacar como as principais bandeiras de luta do coletivo, as seguintes: o acolhimento de pais/mães na universidade, a regularização de mães no F6 (antigo hotel da universidade, que atualmente é utilizado como alojamento para mães), quartos esses conhecidos atualmente como ‘cabeceiras’, criação de espaços para as crianças, criação de vagas na creche do CAIC e o aumento do exercício domiciliar.

Em relação as dificuldades enfrentadas, temos falas como:

“Reconhecimento da causa pelos gestores da administração superior. Organização do coletivo frente às demandas acadêmicas de cada membro, dentre outras” (Entrevistadx 2),
“[...] falta de empatia, acessibilidade, creche universitária, o governo genocídio do Bolsonaro” (Entrevistadx 1),
“[...]ainda a aceitação das mães, falta de infraestrutura no f6, falta de mais implementação de políticas de permanência das mães” (entrevistadx 4),
“A principal dificuldade foi o diálogo inicial com a administração

¹⁵ Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ, é um movimento de luta estudantil pela busca da garantia de direitos de mães/pais universitários.

superior e o acolhimento de nossas pautas por parte da comunidade universitária. O cuidado ainda é visto como uma questão voltada à vida privada, ao âmbito doméstico e como responsabilidade das mulheres. Mudar essa percepção e levar a demanda de que a universidade e o poder público precisam lidar com isso, oferecendo os meios para que estas estudantes permaneçam no curso e possam conquistar seus diplomas e independência, foi complicado, doloroso e muito necessário naquele momento.” (entrevistadx 7).

Pelas falas acima, podemos perceber que a falta de uma infraestrutura para as crianças, de um espaço acolhedor também para os pais e mães é uma pauta constante entre o coletivo, porém as dificuldades para a garantia deste espaço ainda são gigantes. As dificuldades enfrentadas podemos classificar como plural, porém o coletivo segue na luta, pelos direitos destes universitários, fazendo com que o coletivo seja percebido pela comunidade acadêmica, para que a temática não seja invisibilizada, e para que grande parte da população acadêmica perceba, e apoie, que o âmbito acadêmico também é um espaço para mães e pais.

Como forma de estratégia do coletivo pode-se destacar sempre aumentar a visibilidade do coletivo, a criação de vínculo com todos os campus da universidade e com outros campus, a realização de fóruns para o debate sobre demandas e conscientização de toda a comunidade universitária, e a ocupação de espaços políticos dentro da universidade. Um exemplo de que as mobilizações coletivas podem produzir efeitos, é a Parent in Science, que surgiu na instituição do Rio grande do Sul, anos após a tentativa de expulsão de uma mãe discente e sua filha recém-nascida, e nos permite refletir que estamos participando/construindo uma universidade plural e abrangente. Conforme a resposta dx entrevistadx 7 afirma:

No começo, acredito, dar visibilidade para o que estava acontecendo. Teve um momento em que a expulsão das mães da moradia estudantil era iminente. Depois passou-se a pautar que os alojamentos deveriam receber mães nos cadastros de inscrição, porque a pró reitoria pretendia evitar que esse grupo pudesse residir e acessar o restaurante universitário. Então tivemos de fazer barulho e chamar atenção. Depois, quando conseguimos isso, asseguramos diálogo organizado com a pró reitoria e administração superior. Embasamos legalmente nossas demandas, buscamos por exemplos da mesma experiência em outras universidades e passamos a nos reunir em coletivo. Juntamos estudantes na mesma situação, simpatizantes da causa (como eu que não sou mãe) e conseguimos algumas conquistas (como direito assegurado de moradia, acesso ao bandeirão e transporte para creche fora do campus). Mas queríamos mais, como creche própria da UFRRJ (projeto que estava parado há anos).

Ou seja, em primeiro momento fez-se necessário fazer 'barulho' para chamar atenção da comunidade universitária para que todos pudessem visualizar a presença de mães/pais na universidade, e após o diálogo com a reitoria da Universidade foi conquistado o direito de mães concorrerem as vagas do alojamento. A luta pela garantia dos direitos é diária, pois as dificuldades enfrentadas e as 'pedras' no caminho para dificultar a caminhada acadêmica destas mães são grandes, mas o apoio entre o coletivo para que não ocorra a desistência do curso auxiliam durante a caminhada. É necessário o entendimento da comunidade universitária e a percepção que o espaço acadêmico também pertence e é de direito dos pais/mães estudantes.

Considerações finais

A Educação é considerada um direito, sendo assegurada pelo Estado como seu dever e responsabilidade e viabilizada através de formulações de políticas de inclusão, que não se limitem ao acesso, mas também na permanência, a fim de erradicar os índices de evasão escolar nos diferentes níveis de ensino.

A assistência estudantil, analisada sob o prisma da Educação Superior, tem como objetivo o provimento de recursos básicos que auxiliem aos estudantes a ultrapassarem barreiras e enfrentarem fatores impeditivos do bom desempenho acadêmico. Dessa forma, a assistência estudantil integra o ramo dos direitos sociais, considerada, quiçá, como um direito humano.

A assistência estudantil abarca ações que vão desde o fornecimento de auxílio alimentação, transporte e moradia, até o fornecimento de assistência multiprofissional em saúde e acompanhamento pedagógico às necessidades educativas especiais. Trata-se de um importante instrumento de direito, que tem uma função ímpar: contribuir com a construção da cidadania dos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, com o intuito de lhes assegurar a permanência na universidade e o consequente término do curso superior

A não efetivação da assistência estudantil impossibilita a permanência de alguns discentes até que conclua o ensino superior. Com a implementação do Decreto 7.234 através do PNAES que foi possível realizar a garantia da permanência de discentes de nível superior. Porém, a política se realiza de forma focalizada a população de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Pode-se observar que a assistência estudantil é pensada como um direito igualitário, mas para muitos é vista como assistencialismo, para suprir a necessidade primária sem realizar a transformação da realidade.

Com a ampliação das vagas em instituições de ensino superior, a não ampliação de auxílios, de infraestrutura, e o corte de verbas voltadas às instituições ocasiona o sucateamento das mesmas.

Independente de possuir auxílio durante a graduação, é possível verificar que ser mãe já é uma desvantagem para o mercado de trabalho. Percebe-se que ocorre o desencorajamento e o impedimento do avanço na carreira influenciado pela cultura masculina. Acarretando na desigualdade de gênero,

onde as barreiras não são discutidas, tornando-as quase invisíveis.

As múltiplas jornadas instituídas ao universo feminino afetam negativamente a vida acadêmica, sendo a maternidade tratada como uma barreira, por isso muitas optam pela maternidade tardia, como uma forma de se manter no mercado de trabalho.

Quando as mulheres decidem priorizar a maternidade elas se afastam do âmbito acadêmico, pois não conseguem visualizar o ambiente de forma universal. A questão da maternidade x universidade é tratada de forma focalizada e não expansiva a toda a comunidade acadêmica, fazendo com que essa demanda fique “restrita” somente ao grupo que vivencia essa experiência. Mas a proposta do coletivo COPAMA é para que esta temática alcance uma visibilidade maior.

Devido ao corte de verbas institucionais a universidade não consegue garantir o acesso de todos que necessitam dos auxílios ofertados, ocorrendo de forma restrita. Conforme citado anteriormente, a bolsa auxílio creche não consegue suprir a grande demanda de mães/pais.

A pesquisa mostrou que se faz necessária a ampliação do auxílio creche, ofertado pela universidade, e também a necessidade de uma maior divulgação, para que todas as mães universitárias possam ser contempladas pelo auxílio creche. Sendo assim, a pesquisa buscou somar para que os direitos dessas mães universitárias fossem garantidos e mesmo, ampliados, explicitando para a PROAES, o grande número de mães universitárias que necessitam de um suporte da universidade para que consigam continuar sua vida acadêmica, estando dentre esses benefícios, o auxílio creche.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 19.851.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm> Acesso em 20/08/20

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf> Acesso em: 2008/20

BRASIL. **Decreto 7.234** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm> Acesso em: 20/08/20

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1934.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm> Acesso em: 20/08/20

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em: 20/08/20

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 20/08/20

BRASIL. **Decreto 6.096/2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> acesso em 16/12/20.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_207_.asp> Acesso em: 15/08/19

Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>> Acesso em: 15/08/19.

Coordenadoria de Comunicação Social - UFRRJ. **Copama UFRRJ: lugar de pai e mãe é na Universidade.** Disponível em: <

<https://institucional.ufrrj.br/ccs/copama-ufrrj-lugar-de-pai-e-mae-e-na-universidade/>> Acesso em 30/03/21.

Cunha, Inês Virgínia Aleixes da. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo sobre a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas.** Disponível em: <"<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25137/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Ines%20Virg%c3%adnia%20Aleixes%20da%20Cunha.pdf>">

Acesso em: 20/08/20.

Datta, A., &Lund, R. (2018). **Maternidade, mentoria e jornadas para espaços inspiradores.** Emoção, Espaço e Sociedade, 26, 64-71.

Dias M.J., Soares B.V.P. **Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes.** In Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 12, n. 2, p. 54/55 mai/ago. 2019. Disponível em: <" <http://dx.doi.org/10.18764/2358-4319.v12n2p50-74>"> Acesso em: 21/08/20

Durham, E. R., Sampaio, H. **Ensino Privado no Brasil.** Disponível em: <"<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9503.pdf>"> Acesso em: 15/12/20

FIES. Disponível em: <"<https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/fies/o-que-e>"> Acesso em: 20/08/20

IMPERIATORI, T. K., **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

da Silva, J. S., Alves, M. B., Carvalho, M. B., Tavares, R., de Arruda, A. A., Costa, C. D. M., **A Maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes na Universidade Federal do Maranhão – UFMA Campus VII Codó.** Disponível em: <"<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/12515>"> Acesso em: 17/09/2020

Lei 9394/96. Disponível em: <"http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm"> Acesso em 03/04/19

Maxwell, N., Connolly, L., & NíLaoire, C. (2019). Informalidade, emoção e carreira de gênero: O pedágio oculto da licença maternidade para acadêmicos e pesquisadores do sexo feminino.. *Gênero, Trabalho & Organização*, 26(2), 140-157.

O'Meara, K., & Campbell, C. M. (2011). Senso de agência do corpo docente nas decisões sobre trabalho e família. *A Revisão do Ensino Superior*, 34(3), 447-476.

Prestes, Livia. *O neoliberalismo e a política de assistência estudantil no processo de contrarreforma na educação superior pública brasileira / Livia Prestes. – 2014. 84f. ; 30 cm*

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Bolsas e Auxílios ao Estudante**. Disponível em: <" <https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-assuntos-estudantis/bolsas/>"> Acesso em: 17/09/20

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Divisão Multidisciplinar de Assistência ao Estudante – DIMAE**. Disponível em: <"https://r1.ufrj.br/sba/index_dimae.php"> Acesso em: 17/09/2020

Programa de permanência do MEC. Disponível em: <"<http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>">. Acesso em: 19/09/2020

Programa Universidade para Todos. **O que é PROUNI**. Disponível em: <"<https://www.prouni.com.br/o-que-e-prouni/>"> Acesso em: 17/09/2020

RAMOS, L.K.G., PIMENTEL, S.M.S. **O reuni e a reforma neoliberal do ensino superior nas universidades federais**. Disponível em: <"<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/7313/3/O%20REUNI%20e%20a%20reforma%20neoliberal%20do%20ensino%20superior%20nas%20universidades%20federais.pdf>"> Acesso em: 16/12/2020

Reestruturação e expansão das Universidades Federais. **O que é REUNI**. Disponível em: <"<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni/>"> Acesso em: 20/08/20

ROCHA, Maurício Fernandes. **Creche só não basta. Um olhar sobre assistência estudantil, maternidade e gênero nas políticas das IFES.** Disponível em: <<https://alessandrarinaldi.com.br/wp-content/uploads/2018/10/mauricio.pdf>> Acesso em: 29/03/21

SILVA, J. B. **A política de assistência estudantil: estudo sobre condicionalidades.** 2016. 147 folhas. Pontifca Universidade Católica, Porto Alegre.

VASCONCELOS, N. B. Assistência Estudantil: uma breve análise histórica. In: FORNAPRACE: **Revista Comemorativa 25 Anos: Histórias, memórias e múltiplos olhares.** FONAPRACE/ANDIFES – UFU, PROEX: 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Formulário sobre o COPAMA

Formulário realizado pela plataforma GOOGLIFORMS

- **Em relação ao gênero com você se identifica?**
- **Em relação a sua raça/etnia, como você se identifica?(Seguindo as classificações do IBGE)**
- **Você é?**
- **Você possui filhos?**
- **Você faz parte de algum movimento social/coletivo?**
- **Caso você faça parte de algum movimento social, você acredita que o mesmo contribui para a elaboração das políticas de permanência de pais, mães e cuidadores na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro?**
- **Você participou de algum Fórum do COPAMA? Qual a demanda do Fórum em que participou? Você conseguiu observar alguma mudança a partir do Fórum?**
- **Quais as principais bandeiras de luta do COPAMA?**
- **Quais os avanços conquistados pelo COPAMA?**
- **Quais são as estratégias a ser tomadas para garantir as bandeiras de luta do COPAMA?**
- **Quanto tempo pertence ao COPAMA?**

ANEXOS

Anexo I:

**I FÓRUM DE CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA PARA
DISCENTES PAIS E MÃES DA UFRRJ**

7, 8 e 9 de abril de 2015
Salão Azul - P1 (3º andar)
INSCRIÇÕES NO LOCAL

07/04	08/04	09/04
<p>13h30 Abertura do Fórum</p> <p>14h às 16h Mesa 1: Os desafios para a construção de políticas de permanência de estudantes pais e mães nas IES</p>	<p>8h30 às 10h30 Mesa 2: Relatos de experiências dos discentes pais e mães nas IES</p> <p>14h30 às 16h Mesa 3: O atendimento da demanda por creche e educação infantil sob a ótica da articulação intersetorial</p>	<p>8h30 às 10h30 Mesa 4: As possibilidades e limites do atendimento da demanda por creche no âmbito do PNAES</p>

Realização:  UFRRJ PROAES COPAMA



Certificado incluso

Anexo II:

II Fórum de Construção de Políticas de Permanência para Discentes pais e mães da UFRRJ

27 e 28 de Setembro de 2016.
Local: Auditório Gustavo Dutra, UFRRJ, Campus Seropédica, de 8-17H

Vale certificado Incrições no local

Temas:

27/09

- Movimento Estudantil, Acessibilidade e Educação inclusiva.
- Diálogos sobre a construção da brinquedoteca.
- Desafios de uma alimentação saudável

28/09

- Políticas de Assistência Estudantil e Direitos da criança, adolescente e da Juventude.
- Roda de conversa feminismo(s) e maternidade(s).
- Debate Público com as Chapas candidatas à Reitoria

Atenção:

- Atividades de recreação infantil para crianças
- Campanha de doação de fraldas para Unidade Materno Infantil (Anexo ao Presídio de Bangu)

Informações:
Página do facebook Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ



The image contains two logos at the bottom right. The first is a square logo with a gear and a hand, labeled 'PROAEST'. The second is a circular logo with a hand and the text 'COLETIVO DE PAIS E MÃES COPAMA'.

Anexo III:

Nós, do COPAMA, estamos trabalhando nos fomentos das discussões da parentalidade no âmbito da universidade. Diante disto, no dia 9/10/2019 realizamos o nosso III Fórum de Construção de Permanência de Mães e Pais da UFRRJ no campus de Três Rios. O encontro resultou em uma proposta de criação de uma Comissão para discutir parentalidades na Universidade no Consu. Gostaríamos de convidá-las para compor a comissão da discussão para construção de política de permanência e acolhimento para Docentes, Discentes e Técnicos para mães e pais na UFRRJ. No final deste e-mail encaminhamos as propostas iniciais que pensamos para esta comissão, que vamos amadurecer ao longo dos debates. Nós estamos marcando o dia 7 de novembro, as 13h, no auditório Marielle Franco, no IE(campus Seropédica) para nossa primeira roda de conversa sobre a criação da comissão, pois vamos receber neste mesmo dia uma companheira do movimento de mães da Universidade Federal de Santa Catarina que propôs uma comissão similar na sua instituição. Nós consideramos de extrema importância a sua participação para a construção de uma universidade plural e inclusiva. Assim, aguardamos seu pronunciamento e aproveitamos a oportunidade para reiterar a nossa elevada consideração. Caso não possa participar desta primeira roda de conversa sobre a criação da comissão, solicitamos que encaminhe o seu telefone para pensarmos em alguma estratégia de comunicação.

Abraços,
Copama.

Propostas iniciais para anexar no convite

NO ÂMBITO DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

1. Avaliar de forma diferenciada editais seletivos para bolsas de iniciação científica e financiamentos de pesquisa para mulheres que estiverem em licença maternidade durante o período de avaliação. Preferencialmente ampliar o tempo de avaliação do currículo quanto a produção científica.

(proponho alterar para: Tornar obrigatório que todo edital de seleção de candidatos, seja para contratação, bolsas ou atividades não remuneradas, amplie o intervalo de tempo de atividades válidas para pontuação no currículo em dois anos por cada filho nascido dentro do período inicialmente considerado.

2. Apoiar espaços de recreação infantil para eventos científicos organizados na universidade.

3. Construir ações em conjunto com os programas de pós-graduação para eliminar a discriminação de alunas que se tornarem mães durante a produção

de suas dissertações e teses.

4. Incentivar a discussão e conscientização nos programas de pós-graduação para a manutenção de pesquisadoras/pesquisadores que tiverem diminuição da produção científica em consequência da licença-maternidade/paternidade evitando seu desligamento.

NO ÂMBITO DA GRADUAÇÃO

5. Aumentar regime especial referente à licença maternidade para graduação de 90 para 120 dias.

6. Criar a licença paternidade para pais estudantes em tempo equivalente à licença maternidade.

7. Aumentar o tempo de jubramento para estudantes que se tornaram mães e pais em dois períodos por cada filho tido durante a graduação ou até 6 meses antes do ingresso no curso.

8. Fazer campanha na comunidade acadêmica sobre os direitos reprodutivos e os direitos das mães e crianças na Universidade.

9. Propor mudanças no Regimento de Graduação que viabilizem o atendimento das mães e pais estudantes no que diz respeito às necessidades dos filhos e filhas, como abonar faltas quando o responsável apresentar o atestado médico do filho ou filha e a possibilidade de justificar eventuais faltas em dias de entrega de trabalhos ou realização de provas.

10. Propor dispositivos institucionais que viabilizem a frequência da mãe e pai à sala de aula acompanhada da criança no caso de ausência de espaços de acolhimento para crianças na universidade (por ex., creches integrais para todos). Além disso, ressaltar que a Administração Central incentiva que sejam facilitadas ações para que a/o estudante não abandone o Curso.

NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1. Discutir a criação da crecheuniversitária, que contemple mães/pais discentes, docentes e funcionários da instituição

2. Avaliar de forma diferenciada em editais seletivos (políticas de ações afirmativas) para bolsas oferecidas neste âmbito (por ex., estágio interno e desenvolvimento acadêmico) para mulheres que possuem filhos/filhas de até 5 anos idade.

3. Criar fila preferencial para mães com crianças no restaurante universitário.
4. Discutir no campus de Três Rios, Nova Iguaçu e Seropédica o auxílio-creche e outros auxílios para estudantes em situação de vulnerabilidade social que possuem filhos
5. Discutir o regimento dos alojamentos e a regulamentação do F6 que contemple o alojamento familiar para estudantes com filho e em situação de vulnerabilidade socioeconômica
6. Criar espaços de acolhimentos nos alojamentos para discentes com filhos
7. Avaliar a relação candidato vaga de pleiteantes para o alojamento familiar, ampliando a oferta de vagas para além do F6, caso esta relação seja maior do que a relação candidato vaga para discentes sem filhos.

NO ÂMBITO DA EXTENSÃO

1. Avaliar de forma diferenciada editais seletivos para bolsas de extensão para alunas que estiveram em licença maternidade durante o período de avaliação.
2. Avaliar de forma diferenciada editais seletivos (ações afirmativas) para bolsas de extensão para mulheres que possuem filhos/filhas de até 5 anos idade.
3. Apoiar projetos de extensão que incorporem atividades para as crianças na própria universidade em horários em que as mães estão nas aulas.

NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E DIREÇÃO DOS INSTITUTOS

1. Colocar fraldário em banheiros femininos e masculinos.
2. Criar espaços de amamentação e retirada de leite para mães. Nota-se que a portaria do Ministério da Educação (No- 604, de 10 de maio de 2017) garante o direito à amamentação nas instituições federais de ensino, mesmo se não houver equipamentos ou ambientes exclusivos para esse fim.
3. Construir um espaço de acolhimento para crianças, por exemplo, Ludoteca.
4. Prever licença maternidade para todas as bolsas destinadas à graduação.
5. Regulamentar o regimento do posto médico da Universidade, e garantir o atendimento dos filhos de docentes, discentes e servidores pela pediatra da instituição.